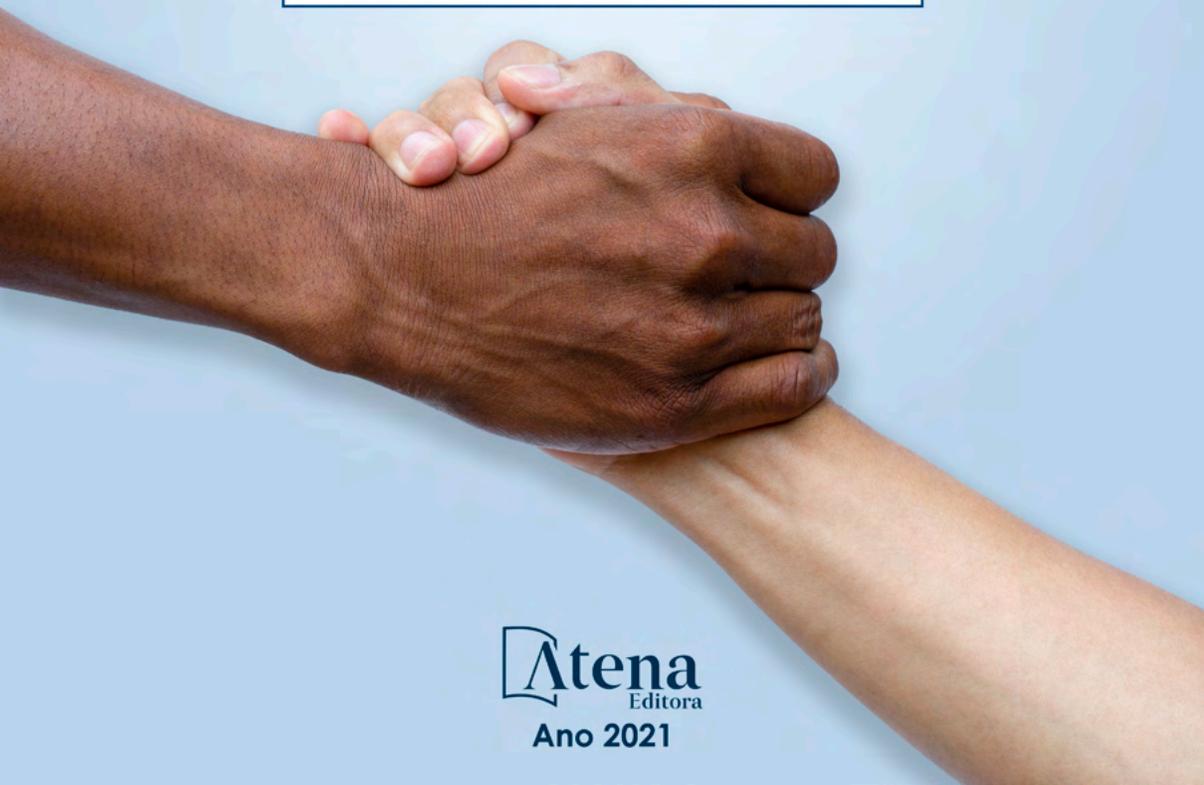


SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA:

Reflexões sobre formação profissional,
produção do conhecimento e
cotidiano dos serviços

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA:

Reflexões sobre formação profissional,
produção do conhecimento e
cotidiano dos serviços

**Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)**



Atena
Editora

Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Serviço Social na América Latina: reflexões sobre formação profissional, produção do conhecimento e cotidiano dos serviços

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S491 Serviço Social na América Latina: reflexões sobre formação profissional, produção do conhecimento e cotidiano dos serviços / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-644-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.444212710>

1. Serviço Social. 2. Questão social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A coletânea de textos *Serviço Social na América Latina: Reflexões sobre a formação profissional, produção do conhecimento e cotidiano dos serviços* reúne artigos heterogêneos de distintas regiões do Brasil. São doze artigos frutos de pesquisas, revisão de literatura, relatos de experiências e ensaios teóricos.

O primeiro artigo é fruto da tese de doutoramento em Serviço Social e apresenta as conclusões obtidas nesse processo acerca da política de saúde brasileira no contexto da contrarreforma do Estado, trazendo importantes contribuições para a análise do real e seus rebatimentos nos espaços sócio-ocupacionais na contemporaneidade. O segundo texto, é produto das reflexões da equipe de Serviço Social em um serviço de emergência no contexto da pandemia de Covid-19, seus desafios e enfrentamentos nessa conjuntura.

O artigo seguinte consiste em ensaio teórico acerca das bases que fundamentam a proposta do Desenvolvimento da Comunidade e suas interlocuções históricas. Já o quarto texto, produto de pesquisa bibliográfica e documental, coloca em evidência o processo que culminou na Resolução nº 510/2016 que trata da normatização da pesquisa envolvendo seres humanos nas ciências humanas e sociais.

O texto seguinte, apresenta os resultados de pesquisa desenvolvida junto aos idosos acompanhados por uma Unidade Básica de Saúde apontando a importância do uso da Avaliação Multidimensional da Pessoa Idosa. O sexto texto, decorrente de pesquisa qualitativa acerca das violências sexuais colhidas através do Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA vinculadas aos anos de 2014 e 2015, trazendo neste contexto importantes contribuições à discussão da temática em foco.

O próximo artigo, por sua vez, discute o modo de produção capitalista, a questão social e o papel do Centros de Referência de Assistência Social – CRAS nessa conjuntura. O oitavo artigo apresenta as reflexões e discussões acerca da temática de gênero no contexto de relações de poder no meio rural e aumento do protagonismo feminino dos espaços produtivos.

O texto seguinte discute as particularidades do processo de encarceramento do gênero feminino nas unidades prisionais trazendo importantes contribuições neste contexto. O décimo texto apresenta as reflexões e discussões acerca das percepções da construção da identidade de gênero de mulheres no mercado de trabalho.

O penúltimo texto é resultado das reflexões ocorridas no Mestrado em Desenvolvimento Social e apresenta conclusões obtidas nesse período a partir de estudo de discussão da estigmatização dos espaços urbanos. E finalmente o último artigo apresenta os resultados de pesquisa sobre autogestão de recursos junto a funcionários públicos.

Neste contexto, convidamos os leitores a acessar as discussões e resultados apresentados nessa coletânea, conferindo debates contemporâneos acerca do cotidiano dos serviços e produção acadêmica nas temáticas em foco.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL NO CONTEXTO DE CONTRARREFORMA DO ESTADO: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE

Soraya Araújo Uchôa Cavalcanti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127101>

CAPÍTULO 2..... 14

O SERVIÇO SOCIAL EM UMA EMERGÊNCIA PÚBLICA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM REDES NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Rosana Maria de Lima

Lani Brito Fagundes

Xênia Maria Tamborena Barros

Vanessa Soares Patta

Bruna de Souza Machado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127102>

CAPÍTULO 3..... 22

SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE: REFORMANDO O JECA TATU

Tereza Cristina Pires Favaro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127103>

CAPÍTULO 4..... 34

ÉTICA EM PESQUISA NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS: A CONSTRUÇÃO DA RESOLUÇÃO CNS Nº 510 DE 2016

Cacildo Teixeira de Carvalho Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127104>

CAPÍTULO 5..... 45

A IMPORTÂNCIA DA APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO MULTIDIMENSIONAL DA PESSOA IDOSA NA ATENÇÃO BÁSICA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Gisela Saori Yoshimatsu

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127105>

CAPÍTULO 6..... 74

CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS: UM ESTUDO SOBRE GÊNERO E DESIGUALDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Rodrigo da Silva Bezerra

Luciane Pinho de Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127106>

CAPÍTULO 7..... 89

CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS - E ESTRATÉGIAS DE

ENFRENTAMENTO À QUESTÃO SOCIAL

Angélica de Santana Rocha

Marcos Esdras Leite

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127107>

CAPÍTULO 8..... 105

MULHERES E RURALIDADE – DA INVISIBILIDADE À AUTONOMIA E EMPODERAMENTO

Ana Paula Evangelista de Almeida

Ana Luisa Lima Grein

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127108>

CAPÍTULO 9..... 123

MULHER, MÃE E SENTENCIADA: A REALIDADE PRISIONAL DO GÊNERO FEMININO

Maria da Luz Alves Ferreira

Fernanda Santos Aragão

Luciana Pimenta Borges Dupim

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127109>

CAPÍTULO 10..... 140

PERCEPÇÕES DE GÊNERO: EXPERIÊNCIAS DO COTIDIANO DE MULHERES NO ESPAÇO DA CIDADE

Lucília Grandó

Carla Alessandra Barreto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44421271010>

CAPÍTULO 11..... 153

ESTIGMA TERRITORIAL EM FOCO: NOTAS SOBRE CIDADE E DESENVOLVIMENTO

Arnaldo Oliveira Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44421271011>

CAPÍTULO 12..... 165

AUTOGESTÃO DE RECURSOS EM MOMENTO DE ESCASSEZ: UM ESTUDO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS/DOCENTES NA UNIMONTES

Eliana Soares Barbosa Santos

Maria do Perpétuo Socorro Nassau Araújo

Mônica Nascimento e Feitosa

Lucineia Lopes Bahia Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44421271012>

SOBRE A ORGANIZADORA..... 179

ÍNDICE REMISSIVO..... 180

MULHERES E RURALIDADE – DA INVISIBILIDADE À AUTONOMIA E EMPODERAMENTO

Data de aceite: 26/10/2021

Data de submissão: 06/09/2021

Ana Paula Evangelista de Almeida

Doutoranda em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Departamento de Ciências Sociais
Juiz de Fora/MG
<http://lattes.cnpq.br/3183137077427058>

Ana Luisa Lima Grein

Mestranda em Filosofia no Programa de Pós-Graduação de Filosofia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)
São João del-Rei/MG
<http://lattes.cnpq.br/3704425358969029>

RESUMO: Este estudo apresenta discussões teóricas e políticas envolvendo a abordagem da temática gênero em contextos rurais. Observa-se que as pesquisas acadêmicas sobre gênero e mulheres rurais vêm ganhando força, demonstrando o aumento do protagonismo das mulheres na chefia da produção, ou assumindo boa parte da geração de renda familiar, seja no que envolve ao engajamento social por parte deste público, em associações, sindicatos e outros movimentos que legitimam a conquista e garantia de acesso aos seus direitos, ou mesmo na participação na formulação e monitoramento de políticas públicas. Mas, por outro lado, cabe ressaltar que as questões de gêneros no meio rural ainda carecem de maiores discussões políticas e mesmo teóricas. Apresentamos

como ao longo das últimas décadas, no espaço rural, o trabalho da mulher foi frequentemente analisado sob o enfoque da “invisibilidade” e da “ajuda”, mas demonstramos que em virtude das lutas dos movimentos sociais camponeses, bem como da ação de políticas públicas específicas viabilizadas especialmente a partir dos anos 2000, as mulheres rurais, seja na sua unicidade ou em coletivos, passaram a apresentar caminhos de visibilidade, autonomia e empoderamento. Para tanto, algumas discussões teóricas sobre gênero e desigualdade serão elencadas neste texto, bem como apresentaremos conceitos e análises de alguns estudos da literatura brasileira que abordam esta temática. Como bem destaca José Martins de Souza (2001, p. 31), o desafio para os sociólogos que estudam os contextos rurais diz respeito a adentrar no sonho inventivo e regenerador que ainda há no mundo rural, “quanto porque há nele a nostalgia do futuro e a negação das privações que o presente representa para muitos.”

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres rurais, lutas, autonomia, visibilidade e empoderamento.

WOMEN AND RURALITY – FROM INVISIBILITY TO AUTONOMY AND EMPOWERMENT

ABSTRACT: This study presents theoretical and political discussions involving the approach to gender issues in rural contexts. It is observed that academic research on gender and rural women has been gaining strength, demonstrating the increased protagonism of women as heads of production, or assuming a good part of the family income generation, whether involving social

engagement by this public, in associations, unions and other movements that legitimize the conquest and guarantee of access to their rights, or even in participating in the formulation and monitoring of public policies. However, it is important to emphasize that gender issues in rural areas still lack further political and even theoretical discussions. We present how over the last few decades, in rural areas, women's work has often been analyzed from the standpoint of "invisibility" and "help", but we demonstrate that as a result of the struggles of peasant social movements, as well as the action of specific public policies made possible, especially from the 2000s onwards, rural women, whether as single or collective, started to present paths of visibility, autonomy and empowerment. Therefore, some theoretical discussions on gender and inequality will be listed in this text, as well as we will present concepts and analyzes of some studies in Brazilian literature that address this theme. As José Martins de Souza (2001, p. 31) highlights, the challenge for sociologists who study rural contexts is to enter the inventive and regenerating dream that still exists in the rural world, "how much because there is nostalgia for the future in it. and the denial of the deprivations that the present represents for many."

KEYWORDS: Rural women, struggles, autonomy, visibility and empowerment.

1 | GÊNERO, RELAÇÕES DE PODER E DOMINAÇÃO

O uso da palavra "gênero", tem uma história que é tributada aos movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas, acompanhada da luta dessas por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito. A categoria gênero é constituída por dimensões culturais, normativas e políticas, segundo Joan Scott (1989). Isto ocorre porque em diferentes sociedades, os diversos tipos de mulheres sempre foram submetidos à autoridade masculina, nas mais variadas formas e nos mais diferentes graus, especialmente a figura paterna e do marido. Como destaca Bourdieu, em sua obra *A dominação masculina* (2005), ao longo da história, em diferentes sociedades, aquilo que dizia e até hoje diz respeito as funções desempenhadas em várias esferas sociais, como posições de liderança, comando, as relações de poder a dominação sempre foram centradas na figura do homem, da esfera masculina. Também no que tange as questões econômica, na relação com a propriedade, com os aspectos administrativos e que envolviam a força física sempre eram remetidos e visibilizados como algo do sexo masculino e, para as mulheres cabia se direcionar às múltiplas tarefas de casa, do cuidado e a inferioridade de outras funções que sempre foram enquadradas como "ajuda" (PAULILO, 1987; 2004).

Neste contexto, de acordo com Parry Scott (1995), para melhor compreendermos este processo de opressão da mulher, é importante nos remetermos a uma das primeiras categorias construídas pelo marxismo: "mulher e trabalho", que considera a subordinação da mulher numa estrutura de relações de poder delimitadas pelo sexo, na qual a mulher tem uma posição de desigualdade em relação ao homem, na família e na sociedade em geral, através, principalmente do exercício das funções produtivas. A autora salienta, contudo, que a divisão sexual não se expressa apenas pela divisão social, e nos termos

mesmo de Bourdieu, há uma dominação inclusive simbólica, evidente nas normas que regulam esses dois âmbitos, nas representações do feminino e do masculino associados ao reconhecimento social (desigual) de homens e mulheres que contempla vários campos: físico, moral, intelectual, político, cultural, entre outros. Vale lembrar que, por séculos, o sexo sempre foi determinado biologicamente, enquanto o gênero tem se apresentado, nas últimas décadas e nas reflexões teóricas como um conceito socioeconômico, constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e é, segundo Scott (1990), um primeiro modo de dar significado às relações de poder. Esta divisão incide também nos valores e expectativas das pessoas conforme o seu sexo, que são assumidas, na maioria das vezes como naturais; apontando que as relações de produção e de reprodução social constituem espaços de construção social e de reprodução social do que Bourdieu qualifica como *habitus*. Portanto, olhar para a pluralidade de disposições que envolve as questões de gênero, nos termos de Lahire (2002) quando trata do homem plural, que nem sempre são convertentes, é criar possibilidades para compreendermos as rupturas de dominação e o empoderamento que as mulheres passam a apresentar diante dos condicionamentos estruturais.

Segundo Alessandra De Grandi (1999), há no processo da divisão sexual do trabalho condicionantes culturais que determinam a posição de cada indivíduo na propriedade e na família. De fato, a ideologia camponesa considerada a imagem do pai de família como “aquele que reúne todas as condições e o saber para participar do processo de produção, reforçando a hierarquia familiar, embora tanto os filhos quanto a esposa conheçam as diferentes etapas do processo produtivo” (WOORTMANN; WOORTMANN 1997, p. 38).

As relações de gênero na agricultura se apresentam de formas diversificadas em função dos espaços socialmente construídos, das realidades e singularidades regionais, da diversidade dos campos sociais e seus correspondentes “*habitus*”, do padrão cultural e dos valores determinantes, ou seja, através de processos e práticas sociais que se expressam e se materializam em determinado padrão de relações entre mulheres e homens, principalmente no seu ambiente familiar.

1.1 Do trabalho invisível ao processos de engajamento

Desde os tempos remotos até a atualidade, a mulher agricultora, camponesa, que vive no meio rural, foi socializada no espaço privado e qualificada para os afazeres doméstico, e quando prestava outras atividades para além da casa, na maioria das vezes eram rotulados como “ajuda”, mesmo responsabilizando-se pela produção dos alimentos, gerenciando a vida ao seu redor. Mas nem por isto suas funções para além da casa deixaram de existir, cabia a ela também o trabalho na lavoura, no quintal, o cuidado e a educação dos filhos, a lida com os animais, sem sequer ser considerado tal fato um trabalho produtivo, menos ainda remunerado. Mesmo quando realiza atividades voltadas para o fim produtivo da agricultura, designadas geralmente como “masculinas”, a mulher é vista como uma

“ajudante” e normalmente recebe baixa remuneração (ou mesmo nenhuma remuneração) por seu trabalho. As atividades agrícolas exercidas por elas são vistas como uma extensão intrínseca às suas atribuições de mãe e esposa (BRUMER, 2004). Neste sentido, cabe pontuar que a percepção de que as mulheres “não trabalham” estão presentes não só nas crenças populares, ou nas relações sociais, mas também na própria teoria econômica, que só considera produtivo o trabalho que resulta em bens. Assim, o trabalho dirigido ao consumo interno, muitas das vezes realizado por mulheres, ou para à reprodução do bem-estar da família não é considerado (SUÁREZ 1994, p. 19).

É importante dizer que as atividades da mulher rural não estão apenas circunscritas ao cuidado reprodutivo, pois elas também realizam atividades em lavouras e atividades de produção de alimentos, que não são reconhecidas como parte produtiva da agricultura. Inclusive, na maioria das vezes, as mulheres rurais nem sequer são consideradas agricultoras, sendo mais bem conhecidas como a mulher ou filha de determinado agricultor (NEVES; MEDEIROS, 2013). Por exemplo, no Censo Agropecuário as mulheres e os filhos e, ocasionalmente outros parentes que residam na propriedade, são considerados, na sua maioria, mão-de-obra familiar não remunerada.

De acordo com Carneiro (2001), este processo de segregação se estende também para além da casa, e acontece inclusive no mercado, durante a comercialização dos produtos por exemplo (em feiras, exposições ou mesmo no processo de negociação da comercialização direta), uma vez que o espaço público é reconhecido como um espaço predominantemente masculino e, por muitas vezes, as mulheres terem que ocupar funções de cuidado, cabe geralmente ao pai, marido e filhos este processo de negociação.

Tal fato não se restringiu apenas as mulheres rurais, a luta por visibilidade e igualdade, fomentaram os movimentos sociais feministas do campo e da cidade, principalmente ao longo do século XX. Aos homens, na figura masculina, sempre foram dadas tarefas administrativas, que envolviam poder, liderança e dominação, como o relacionamento com o banco, a cooperativa, o comércio e com o sindicato e mesmo a política. É válido considerar que ao tratar da questão de gênero, devemos lembrar que ser mulher carregava e ainda carrega consigo particularidades segregacionistas, adquiridas na sua socialização, que não se restringem ao biológico, mas ao comportamento, ao modo de agir condicionado inclusive pela estrutura social. (BONI, 2004, 301).

1.1.1 O peso do trabalho leve

Revisitando os estudos e pesquisas realizadas sobre mulheres rurais no Brasil, não podemos deixar de destacar o pioneirismo de Maria Ignez Paulilo (2016), retratado em seu recente livro “*Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo.*” A autora já havia demonstrado, no final da década de 70 e meados da década de 80, por meio de sua pesquisa de dissertação, as péssimas condições de trabalho das trabalhadoras rurais, seja

no município de Valparaíso no estado de São Paulo, seja no município do Brejo Paraibano, estado da Paraíba, a autora buscava “[...] levantar as condições de trabalho das mulheres de parceiros, arrendatários e assalariados, e das mulheres volantes [...] e, ao mesmo tempo, desvendar a forma de apropriação, pelo capital, do excedente por elas produzido.” (PAULILO, 2016, p. 57). Posteriormente, ela passou a estudar também o sul do país, onde descreveu as questões de gênero envolvendo o acesso à terra e matrimônio, entrevistou inclusive mulheres pertencente aos movimentos sociais, apontando que, assim como a legislação e o sistema, e a própria cultura legitimam a exclusão das mulheres ao acesso à terra:

Há, no sul do Brasil, principalmente nas antigas regiões de colonização italiana e alemã, um padrão a respeito da sucessão nas propriedades rurais. Esse padrão, é claro, comporta variações e exceções, mas são principalmente os filhos homens que herdaram a terra enquanto as mulheres se tornam agricultoras por casamento. Elas recebem herança quando o casal não tem descendência masculina ou quando uma filha casada cuida dos pais até que eles morram. Além disso, o padrão de herança igualitária pode surgir quando a terra não tem mais importância como meio de produção para os filhos ou quando os pais têm propriedades grandes. O que importa reter aqui é que se for preciso excluir alguém, as mulheres são as primeiras a serem escolhidas. Elas são sempre consideradas como “filhas ou esposas de agricultor”, termo que identifica tanto as que trabalham nos campos com as que não o fazem. Também quando a terra pertence à mulher por herança, é o marido considerado o responsável (PAULILO, 2003, p. 5).

Maria Ignez Paulilo chama a atenção, ainda, para o fato de que embora exista no Brasil a agricultura familiar, enquanto um empreendimento econômico, não existia a categoria profissional trabalhador (a) familiar, destacando que, nas estatísticas, com exceção do homem, considerado como responsável pela exploração. A esposa e os filhos aparecem como ‘membros não remunerados da família’, embora o pai também não seja remunerado, e complementa: “talvez seja um reconhecimento implícito de que ele é quem tem maior poder sobre a renda familiar” (PAULILO, 2004, p. 245).

Trabalho “leve” e “pesado” são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas. Invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato. E ela destaca ainda, bem como vários pesquisadores contemporâneos das Ciências Sociais, que esta realidade de desigualdade não envolve apenas as mulheres rurais, mas também a força de trabalho feminina nas cidades, de forma que as profissões consideradas femininas ou até determinados cargos ocupados por mulheres possuem remuneração inferior à daqueles considerados masculinos. Ou seja, mesmo em profissões iguais e cargos iguais, há inúmeros casos em que as remunerações são distintas.

Recentemente, os estudos de Guilherme Moura e Paulo Jacinto (2020) descrevem sucintamente esta discriminação por sexo e a heterogeneidade regional de Minas Gerais (2007-2017) e apontam que a mesma tem crescido. A análise de dados realizada

pelos autores demonstra que ao longo do período analisado ocorreu a manutenção e o crescimento do **gap** salarial pró-homem, indicando a persistência e o recrudescimento da discriminação sexual no mercado de trabalho mineiro, inclusive na zona rural.

Podemos exemplificar melhor este peso do trabalho feminino e sua respectiva discriminação, trazendo aqui os relatos de Maria de Fátima Lima, mais conhecida na comunidade do Tomé como “Maria de Levi”, uma artesã da Chapada do Apodi/CE, que produz cordéis sobre o trabalho e a vida da mulher do campo¹. Ela também participou do estudo sobre exposição e impactos dos agrotóxicos na saúde das mulheres camponesas da região do Baixo Jaguaribe, Ceará, e expõe este lado “pesado”, desde o trabalho intenso e cotidiano das mulheres que trabalham em empresas agrícolas até as consequências do contato com os agrotóxicos². O relatório demonstra que ainda há muita invisibilidade e violação dos direitos das mulheres, principalmente no que envolve o trabalho no agronegócio. Jornadas extensivas e mal remuneradas, vezes sem direitos trabalhistas, que colocam em risco a saúde da mulher e até o território que elas vivem, por contaminar o solo e a água.

Discutir a realidade das mulheres camponesas vai além das questões de gênero e envolve inclusive os direitos sociais, pois há um abismo entre a proposta dos direitos legais e a existência destes direitos na prática, por isto, também se faz relevante discutir que é também válido discutir a eficácia das políticas públicas como ações que geram equidade e empoderamento para as mulheres rurais, e retomarei este tema no capítulo seguinte.

2 | AUTONOMIA E EMPODERAMENTO: CAMINHOS PARA DESCONSTRUIR A INVISIBILIDADE

Abordar a noção de gênero no meio rural contribui para a descrição da realidade social, para a observação das tentativas de desnaturalização de processos de subjugação e definição do papel da mulher nas relações cotidianas, mas também das tentativas de resistência, de negociações e de inserção de novos sentidos. Vimos que as relações de gênero são construídas historicamente, com base nas “relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social” (FOUCAULT, 1979, p. 179). No entanto, é importante dizer que também o são e, conseqüentemente, estão sujeitas a constantes transformações, influenciadas pelas mudanças nas organizações culturais, políticas e econômicas.

2.1 Mulher e luta: movimentos sociais e a busca por direitos

Do ponto de vista econômico, desde a década de 1960, a agropecuária brasileira vem passando por um processo de modernização e industrialização. Esse processo tornou

1 Leia os versos dos cordéis em: <http://www.tramas.ufc.br/wp-content/uploads/2016/01/CORDEL-TRABALHO-E-VIDA-DA-MULHER-DO-CAMPO.pdf>. Acesso em 21 de maio de 2021.

2 Leia mais sobre o estudo em: <http://www.tramas.ufc.br/wp-content/uploads/2017/02/CADERNO-MULHERES-EM-DI%C3%81LOGO.pdf>. Acesso em 21 de maio de 2021.

a estrutura social e produtiva do campo muito mais complexa, porque redefiniu o papel de seus agentes, não no sentido da democratização da propriedade da terra, mediante uma ampla reforma agrária, mas da concentração fundiária e do êxodo rural; em paralelo, juntamente com a luta pela posse da terra e pela transformação do meio rural em um espaço de cidadania, emerge o questionamento do papel feminino no campo.

Entre meados da década de 60 até meados da década de 80, estas fortes transformações, decorrentes da mecanização do campo e fortalecimento do acesso à tecnologia no meio rural, reconfiguraram o cenário econômico e social do campo. Foi identificado um alargamento da produção agrícola e, ao mesmo tempo, uma baixa rentabilidade da atividade pecuária (havia muita oscilação no preço do leite e seus derivados, bem como da carne). Este cenário corroborou para fortalecer o recrutamento de muita mão de obra assalariada, precarizada por sinal, para trabalhar junto ao sistema produtivo de larga escala (a exemplo das lavouras de cana, café e de frutíferas, nas lavouras de arroz, milho e soja). Para Ruckert (1985), com a modernização, “quebrou-se o ritmo tradicional da vida do pequeno agricultor do interior (...) o pequeno e médio agricultor ingressou na produção modernizada e foi integrado ao mercado mais amplo sobre o qual não tem nenhum poder de decisão” (p. 57). Agravou-se assim o cenário de desigualdade, exploração e miséria social no campo. O lucro/capital concentrava-se nas mãos dos proprietários dos grandes latifúndios e das empresas agrícolas. Sem apoio do Estado brasileiro, ou de uma legislação que garantisse proteção e inclusão social, emerge uma série de movimentos rurais, especialmente no que tange as questões envoltas com a cidadania e denúncia deste cenário de exploração. A essa luta pela Reforma Agrária, por melhores salários, condições de produção e preços agropecuários, agregou-se a mobilização das mulheres do campo pela ampliação de sua cidadania. Pequenas produtoras, sem-terra, empregadas temporárias e permanentes nas fazendas surgem no cenário político buscando uma nova identidade que as diferencie do tradicional papel feminino.

Os movimentos sociais possuem a habilidade de combinar uma pluralidade de formas de ação que vão de estratégias contenciosas e disruptivas, como os protestos públicos, passeatas e ocupações, até ações formais de encaminhamento de demandas. O conjunto dessas ações e formas de resistência é contingente e dinamizado pela relação com a sociedade civil e com o Estado em cada contexto histórico específico. No que diz respeito aos movimentos sociais rurais, estes têm intensificado a sua participação nas disputas que envolvem a luta pela terra e o controle social das políticas públicas relacionadas ao campo, buscando fortalecer a agricultura familiar. Contudo, nas últimas décadas os movimentos sociais rurais apresentam-se com outras concepções e práticas, mais próximas do cotidiano, dos costumes e dos desejos daqueles que vivem da agricultura (TEUBAL, 2008, p. 148-9).

Fica evidente nas leituras empreendidas sobre a história do campesinato, seja no mundo, seja no Brasil, que os movimentos sociais emergidos no mundo rural nas últimas décadas trouxeram mudanças significativas na forma de se perceber a realidade de luta e

de desigualdade que esta população vivenciava e ainda se depara. No que diz respeito ao âmbito das relações de gênero, e falaremos mais disto a frente, o movimento das Margaridas elencou pontos importantes sobre a invisibilidades das mulheres neste contexto, trouxe uma série de pautas referente a equidade e oportunidades que este público precisava vivenciar melhor nas relações sociais e demonstrou a ausência de políticas públicas voltadas a este setor da sociedade.

Andrea Zarzar (2017) em sua tese de doutoramento, demonstra como estes movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil construíram um sujeito feminista. A autora pontua que a frente de consolidação destes movimentos teve dois grandes nortes: as questões regionais e a luta sindical, este último já estava mais concretizado, em decorrência dos embates políticos do período da ditadura militar³. Neste sentido, as ações e articulações da FETAG (Federação de Trabalhadores da Agricultura), da CONTAG (Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura) e posteriormente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), foram primordiais para dar base e sustentar uma série de movimentos locais, estaduais e nacionais.

Para citar alguns, temos, só no Rio Grande do Sul, duas importantes organizações de mulheres: as “Margaridas” e as “Mulheres da Roça” (1986), que, posteriormente, deram origem ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR), movimento estadual autônomo criado em 1989. Em Santa Catarina, surgiu, em 1983, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), estimulado pela ação da Igreja progressista. Na Paraíba, podemos destacar o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano; em Pernambuco, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTRSC), que surgiu em 1982. Em âmbito regional, houve o surgimento, em 1988, da Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), criado em 1986 (AGUIAR, 2016, p. 263)⁴.

Emma Siliprandi (2015), ao tratar da construções de novos sujeitos políticos na agricultura familiar, destaca que o início da década de 90 houve uma maior “feminização” da pobreza, aumentou a segregação ocupacional, apesar da igualdade apresentada na constituição, ainda havia uma pequena presença nos espaços de poder por parte das mulheres, tanto no mundo urbano como rural, a dupla e tripla jornada de trabalho, o tráfico de mulheres, o aumento da violência de gênero. Esse quadro evidenciava “como as iniquidades vividas pelas mulheres estão vinculadas a padrões sociais e culturais sexistas ainda não superados, profundamente arraigados e constituintes das subjetividades” (Emma Siliprandi, 2015, p. 65). A organização de mulheres rurais e a formação de movimentos

3 Os trabalhadores rurais foram praticamente excluídos do direito de constituir sindicatos oficiais durante as décadas de 1930, 40 e 50. Somente no início da década de 1960 foi-lhes dado esse direito, por meio de duas portarias do Ministério do Trabalho e Previdência Social e, pouco depois, com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214, de 2 de março de 1963). Leia mais em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/DireitosFundamentais/article/download/1521/1398/#:~:text=As%20primeiras%20formas%20de%20organiza%C3%A7%C3%A3o,v%C3%A1rias%20greves%20nesse%20momento%20hist%C3%B3rico..>

4 AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*, v. 15, p. 261-295, 2016.

sociais ou grupo com maior visibilidade e articulação no espaço público passa a acontecer de forma mais significativa no início da década de noventa, a fim de questionar as estruturas vigentes das quais se viam excluídas.⁵

A década de 1990 marcou, assim, a constituição de formas organizativas próprias das mulheres, que passaram a reivindicar participação nos cargos de direção, impulsionando o surgimento de coletivos, comissões e coordenações direcionadas especificamente às mulheres dentro das estruturas sindicais e de outros movimentos mistos, nos âmbitos nacional, estaduais e municipais. Foi uma década caracterizada pela luta das mulheres para ocupar os espaços de participação, enfrentando uma disputa constante para a conquista desses espaços e para a inserção e reconhecimento efetivo da questão de gênero no interior das organizações de trabalhadores rurais.

Por esta razão, constituir um movimento nacional das mulheres camponesas se justifica a partir da certeza de que “a libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta”.



Figura 1 e 2 – Cartazes sobre encontros de mulheres rurais. Imagem 1: Encontro da Trabalhadora Rural (Araraquara (SP), 04/08/1985). Imagem 2: “Paixão e coragem na luta por justiça, saúde, igualdade” - IV Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul, 08/03/2000.

Fonte: Acervo Fundação Perseu Abramo (FPA).

Pode-se citar aqui, considerando o extenso território brasileiro, uma série de exemplos que são indicativos da importância de se olhar para a historicidade e os papéis ocupados pelas mulheres rurais em diversos locais; um deles diz respeito a ação e luta das quebraadeiras de coco no Maranhão, que sempre enfrentaram as violências dos fazendeiros e que com a Lei do Babaçu Livre aprovada em 1997, mesmo não sendo proprietária da terra

⁵ No contexto das últimas décadas, destaca-se a pluralização das formas e repertórios de ação coletiva (Warren, 2002) assim como de repertórios de interação dos movimentos com o Estado (Abers; Serafim; Tatagiba, 2014). Os movimentos sociais têm atuado não apenas na linha do ativismo insurgente e oposicional, como também em formas de ação mais institucionalizadas que envolvem diálogo e cooperação com o Estado, que ganham expressão no ambiente brasileiro pós-1988. (CAMPOS & BRASIL, 2017, p. 535).

poderiam extrair coco e ficar com toda a renda para si. Há, deste modo, um reconhecimento de que são trabalhadoras produtivas e capazes de se tornarem agentes no processo de comercialização do produto de seu trabalho (ABRAMOVAY & CASTRO, 1998, p. 64). Toda esta luta culminou e é amparada pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)⁶ que atualmente contribui fortemente para o debate de igualdade, justiça e proteção das mulheres quebradeiras de coco no Maranhão.

As frentes de movimentos, presentes em diversos estados brasileiros, passaram a promover uma série de encontros, a fim de sedimentar um espaço de discussão, elaboração, unificação e encaminhamento das lutas, centrando-se esforços em ações para assegurar, na prática, os direitos adquiridos na Constituição, tais como aposentadoria paga e assistência à saúde e a execução de ações coordenadas em torno de um tema, no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, além de intensificar a Campanha Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (BORDALO, 2011, p. 63).



Figura 3,4 e 5 – Cartazes de Encontros realizados pelas Mulheres rurais no país, entre a década de 90 e o ano 2000.

Fonte: <https://www.mmcbrazil.com.br>

6 O MIQCB emergiu em um contexto de mobilização de inúmeros movimentos de mulheres no campo brasileiro, influenciados pelo contexto de lutas pela redemocratização do país. Tais movimentos se articularam a outros segmentos, como os sindicatos rurais e a Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a fim de reivindicar direitos sociais e maior expressão política (Aguiar, 2016). As raízes do MIQCB podem ser encontradas no Maranhão, mais precisamente na região conhecida como Médio Mearim, área de intensos conflitos agrários entre latifundiários e trabalhadores do campo. Em 1989 foi criada a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (AS-SEMA), uma organização de apoio técnico aos trabalhadores rurais, que apoiou a criação de um grupo de estudos de mulheres camponesas. A partir de então, as quebradeiras teriam começado a se mobilizar em busca de maior representatividade política, realizando encontros com mulheres de outras localidades, o que acabou culminando na construção de uma organização própria com articulação interestadual, abrangendo também os estados do Piauí, Pará e Tocantins (Barbosa, 2013). Além de o movimento ter surgido em um contexto de campesinato, ele também foi atravessado por processos históricos relacionados à escravidão e migração forçada, e por situações de opressão e luta frente a políticas desenvolvimentistas pautadas pelo capitalismo monopolista (CARVALHO & MACEDO, 2019).

Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR-Sul); Comissão Estadual de Mulheres da Fetagro-RO, Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste (MMTR-NE), Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (Amutres), Centro de Associação de Mulheres Trabalhadoras do Acre (Camutra), Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR-CUT), Associação de Pequenos Produtores Rurais do Sul de Roraima (Aprosur), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE), entre outras, ou seja, houve uma emergência de frentes em vários locais do país que fortaleceram ainda mais a busca por equidade, visibilidade e autonomia das mulheres rurais brasileiras.

Podemos afirmar que a situação de invisibilidade das mulheres rurais pode ser revertida não só através do acesso ao capital econômico, mas pelo enfrentamento das questões de poder, em busca de equidade e justiça social. Para tanto, seria necessário “oferecer-lhes apoio organizativo e possibilitar que elas tivessem acesso a recursos produtivos (terra, crédito, formação técnica) para que pudessem desenvolver suas capacidades” (SILIPRANDI, 2009, p. 120).

Ainda que muita luta tenha sido empreendida para mudar este cenário, por meio de movimentos sociais, ações normativas, leis, denúncias, engajamentos sociais, políticos e econômicos, especialmente no que tange a estrutura da sociedade rural, até bem pouco tempo e ainda em vários territórios mundiais, elas ainda são relegadas a invisibilidade e a submissão, sem vozes, sem direitos, mas cheias de funções e ocupações que a tornam seres indispensáveis para a existência humana. O fato é que as mulheres do campo, da floresta e das águas ainda precisarão marchar muito para que a igualdade real entre os gêneros, no meio rural, seja alcançada.

2.2 Mulheres, empoderamento e políticas públicas

Nas últimas décadas, o Estado brasileiro contribui de maneira determinante na produção e reprodução dos instrumentos de construção da realidade social. Enquanto estrutura organizacional e instância reguladora das práticas, ele exerce permanentemente uma ação formadora de disposições duradouras (BOURDIEU, 1993, p. 59), que implica em um significativo e complexo número de relações entre a agricultura, atores e a sociedade. Contudo, nem sempre esse conjunto de relações favorece os agricultores familiares e, indica que a complexidade institucional inerente ao assunto o torna um processo multidimensional.

De acordo com Andrea Butto (2011), as principais políticas responsáveis pela promoção dos direitos econômicos e da autonomia das mulheres rurais no país tratam do direito à terra, do direito à documentação civil e trabalhista, do acesso a linhas específicas de crédito, a políticas de comercialização e de organização produtiva. Nas duas primeiras décadas do século XXI, foram produzidas no Brasil políticas públicas e programas do governo que buscaram focar a questão da autonomia das mulheres de modo mais transversal, como o Programa Bolsa-Família (PBF) e o Programa de Aquisição de Alimentos

(PAA), dirigidos a populações urbanas e rurais, e alguns outros voltados mais diretamente às mulheres rurais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar voltado às mulheres (PRONAF Mulher), a Aposentadoria para a mulher rural, o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR), ATER para Mulheres e o Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável, entre outros. No entanto, cabe dizer que há uma forte reivindicação e pressão dos movimentos sociais do campo em suas organizações de gênero, construída no conjunto da luta social, como bem vimos neste artigo e que influenciou sobremaneira as diretrizes das políticas públicas para as mulheres rurais.

3 I APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

Conforme a discussão empreendida ao longo deste estudo, o empoderamento das mulheres remete a ideia de conquista da autonomia ou da autodeterminação, podendo ser de um instrumento/meio e um fim em si próprio, tanto para se romper com as opressões de gênero como tanto para se criar caminhos para a independência financeira ou reconhecimento dos seus papéis sociais. É preciso considerar que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 5). Contudo, vale lembrar que poder é tanto a capacidade de tomar decisões sobre a própria vida, materializando-as através da afirmação, da satisfação de necessidades, da realização de objetivos, como consiste na capacidade de decidir sobre a vida dos outros. Deere e León (2002, p. 55), por sua vez, destacam que empoderamento “não é um processo linear com um começo bem definido e um final que seja o mesmo [...]; é moldado para cada indivíduo ou grupo através de suas vidas, seus contextos e sua história”. É possível perceber que, de acordo com as noções abordadas, que o empoderamento da mulher desafia relações familiares patriarcais, pois pode levar ao desempoderamento do homem e certamente leva à perda da posição privilegiada de que ele desfruta sob o patriarcado.⁷ Isto porque o empoderamento ocorre quando houve uma mudança na tradicional dominação da mulher pelo homem, seja com relação ao controle de suas opções de vida, seus bens, suas opiniões ou sua sexualidade (DEERE, & LEÓN, 2002, p. 54)

Cabe lembrar que a reivindicação por autonomia das mulheres tem origem nas ideias iluministas pautada numa agenda social e política e sedimentada pela afirmação dos direitos iguais naturais, centrada na cidadania. Neste sentido, conceitos como de autonomia e empoderamento são relevantes para este estudo, e advém da tomada da consciência por parte das mulheres, dos engajamentos em lutas e da participação em diversas esferas sociais, políticas e econômicas, desconstruindo e reformulando padrões de segregação,

⁷ Saffioti define patriarcado como sendo uma forma de expressão do poder político, em um sistema de dominação-exploração dos homens sobre as mulheres, para ela “colocar o nome da dominação masculina - patriarcado - na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração” (2015, p. 59).

submissão e desigualdade social. recursos envolvidos, que lhes possibilitem alcançar um grau de autonomia financeira. Haveria também uma melhoria na qualidade de vida de suas famílias e, por consequência, a valorização de sua posição em relação aos maridos e às comunidades em que vivem. Mas isto pressupõe desenvolver as habilidades e conhecimentos necessários sobre questões técnicas, financeiras e condições de mercado.

Ao longo deste texto, citamos constantemente a expressão empoderamento das mulheres rurais, bem como relatos de experiências a partir de contextos e trajetórias de vidas diferentes, mas que convergem no que diz respeito a mudança nas funções desempenhadas pelas mulheres no ambiente rural. Ressaltamos que o trabalho familiar no meio rural incorporou significativas singularidades e tem oportunizado redefinições na organização de papéis domésticos, grupais e coletivos (NEVES & MEDEIROS, 2013, p. 14). De acordo com John Friedmann (1998), seria a partir das unidades domésticas que se poderiam iniciar os processos de empoderamento pessoal. Para tanto, compreende-se que a posicionalidade assumida por cada uma das nossas interlocutoras está invariavelmente ligada à sua localização social, cultural, geográfica, econômica, sexual, familiar, a partir da qual elas interpretam o mundo e fundamentam as suas falas, bem como das oportunidades que são ofertadas a elas e as escolhas que a mesmas estabelecem nestes caminhos do empoderamento. Logo, pode-se afirmar que empoderar é:

(...) um processo de construção e/ou ampliação das capacidades; É um processo ao mesmo tempo interno (relacionado com auto-estima, autopercepção) e externo (que tem a ver com controle ou influência sobre o meio a sua volta); É pessoal e organizacional. Não pode ser feito de fora pra dentro, mas pode ser facilitado através de ações estimulantes e criando um ambiente amistoso, favorável; Não é um processo neutro, [...]; Também não é um processo natural. É induzido. É socialmente construído; [...] Por isso, as estratégias de empoderamento são caminhos para sociedades locais ou nacionais mais democráticas, via pela qual grupos, atores e setores mais excluídos entram nos processos onde se decide o rumo daquelas (VILLACORTA e RODRÍGUEZ, 2002, p. 47-48).

Neste aspecto, devemos tomar o processo de empoderamento como um movimento de emancipação individual, cujo sentido diz respeito a ter estas mulheres domínio sobre suas próprias vidas. E, construir este domínio envolve desenvolver sua autonomia, ou seja, fazendo uso de seus próprios meios, vontades e princípios, para além dos condicionantes estruturais, tomar decisões mais racionais. Atenta-se então, particularmente, para a expansão das “capacidades” (*capabilities*) (SEN, 2010) em que as pessoas podem levar o tipo de vida que elas valorizam por meio de uma ampla decisão, por um lado, essas capacidades podem ser aumentadas pelo acesso a meio como as políticas públicas, mas também, por outro lado, o encaminhamento dessa política pode ser influenciado pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo. Nesse contexto, as políticas públicas voltadas para as mulheres não pairam apenas sob o campo do fortalecimento econômico. Entram também na questão da violência, da participação feminina na reforma agrária, da

maior representação na vida política, entre outras. Assim, a autonomia econômica, política e social conquistadas pelas mulheres do campo, fazem com se tornem ativas na busca por seus direitos e pela equidade de gênero.

Vimos que os caminhos da autonomia e do empoderamento passam, desde a tomada de consciência deste indivíduo, até o acesso a uma série de bens e recursos.

Bem, não pretendemos aqui trazer todas as respostas e apresentar todos estes caminhos, mas diante das leituras realizadas e da pesquisa que desenvolvi nestes últimos quatro anos, os caminhos para o empoderamento e a autonomia advém da reflexividade e tomada de consciência dessas mulheres, bem como pelo engajamento que se dá através da participação em espaços coletivos de fortalecimento de seus ideais e princípios, por isto ao final do trabalho irei tratar mais detalhadamente da noção de capital social e ao acesso as políticas públicas, que viabilizam a concretização desta autonomia ao fornecer insumos materiais e simbólicos para elas, assunto que abordarei também mais a frente, no capítulo que trato sobre desenvolvimento rural. Assim, a participação das mulheres rurais em grupos de produção, coletivos, ocupação da terra e eventos políticos tem suscitado novos processos e reflexões sobre sua própria situação e aquilo que se passa em torno delas (MÉLO et al., 2014).

Logo, autonomia e empoderamento também são meios que viabilizam as estratégias de dinamização da economia rural, seja nos núcleos familiares, nos movimentos e engajamentos políticos, ou nos coletivos que emergem como associações e cooperativas. Portanto, o conceito de empoderamento, que adveio da práxis, da luta dos movimentos sociais e das ações de muitas mulheres rurais no seu dia a dia campestre, nas últimas décadas, passa a ser considerado neste trabalho através de dois nortes, o primeiro diz respeito a poder, no sentido de ocupar novos espaços e conseqüentemente frentes de liderança e de luta, bem como o norte de desenvolvimento e de mudança e transformação, dado que aquelas que se empoderaram podem também obter novos caminhos na sua trajetória de vida.

Se ao longo do século XX, no mundo urbano, muito se falou e discutiu sobre igualdade e direitos envolvendo as mulheres, iniciamos o século XXI buscando acertar e discutir a dívida de estendermos estas conquistas e discussões para o mundo rural, desnaturalizando dimensões de sua condição de gênero e geração desenvolvem, por um lado, novas e importantes contribuições teóricas e, por outro, novas e mais engajadas propostas de luta feminista.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilênia V., P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, v. 15, 2016, p. 261-295. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261>. Acesso em 6 de junho de 2021.

ARROYO, A. **Empoderamiento: alternativa para lograr desarrollo con equidad**. In: GIRÓN, A. (Org.). *Crisis económica: una perspectiva feminista desde América Latina*. Caracas: UNAM, 2010, p. 179-201.

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? –uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, 2012, p.173-187.

BEBBINGTON, A. Estrategias de vida y estrategias de intervención: el capital social y los programas de superación de la pobreza. IN: **Aprender de la experiencia – El capital social en la superación de la pobreza**. CEPAL, Santiago de Chile, 2005. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2425/S055306_es.pdf. Acesso em 10 junho de 2021.

BONI, Valdete. **Produtivo ou Reprodutivo: O trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares - um estudo na região oeste de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado de Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Editor Papirus, 1996.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Dossiê as Agricultoras do Sul do Brasil, **Revista de Estudos Feministas**, 12 (1). Abr 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>. Acesso em 06 de junho de 2021.

CAPPELLIN, Paola Giuliani. Trabalhadoras rurais e aspirações feministas: um diálogo em curso. In: SILVA, Eliane Moura et al. **Camuflagem e transparência: as mulheres no sindicalismo**. Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora. CUT. São Paulo: 1990. p. 17-20.

CARNEIRO, M. J. **O rural e o “Novo Rural”**. In: SILVA, J. G. D. (Org.). *O Novo Rural brasileiro: políticas públicas*. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000. v. 4, p. 117-48.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.1, 2001, p. 22-55.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: nota sobre sua participação política e a condição social do gênero. IN: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2, junho 1994, 11-22, p. 12 (Trecho de uma entrevista de Margarida Alves concedida a Regina Novaes em fevereiro de 1983).

CARVALHO, Andressa Veras de; MACEDO, João Paulo. As guerreiras do babaçu: Mulheres quebradeiras de coco em movimento. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, ago. 2019, p. 406-426.

CARVALHO, C., & Costa, M. (2017). A trajetória do movimento das mulheres trabalhadoras rurais do sertão central de Pernambuco: 1984 – 2015. **Extensão Rural**, 24(2), p. 37-54. DOI: <https://doi.org/10.5902/2318179622565>

DARON, V. **Um Grito Lilás: cartografia da violência às mulheres do campo e da floresta**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/11376310-Um-grito-lilas-cartografia-da-violencia-as-mulheres-do-campo-e-da-floresta.html> Acesso em 1 de junho de 2021

DE GRANDI, Alessandra B. **Relações de Gênero nas Famílias Agricultoras Associadas a Mini-Usinas de Leite: no Estado de Santa Catarina.** Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

DEERE, Carmen D.; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina.** Rio Grande do Sul: UFRGS, 2002.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **Gênero, propiedad y empoderamiento: tierra, Estado y mercado en América Latina.** Bogotá, Colombia: Tercer Mundo, 2000.

FARIA, Nalu. Mulheres rurais na economia solidária. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. (Orgs). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural.** 1.ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p. 37-54.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Revista Agroalimentaria**, Mérida, v. 16, n. 31, jul. 2010, p. 65-79.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. “Plantar para o gasto” a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 46, n. 2, abr./jun. 2008, p. 481-515.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

GOMES, Rita de Cássia Maciazeki; NOGUEIRA, Conceição and TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Revista Psicol. Soc.** [online], vol.28, n.1, 2016, p.115-124. ISSN 1807-0310. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/pqP4MDkBX4VLR5Lqf5DLHys/?lang=pt> Acesso em 20 de maio de 2021.

HIRATA H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão Sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007, p. 595-609.

HORA, Karla; BUTTO, Andrea. Políticas públicas para mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In: BUTTO, Andrea et al. **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014, p. 14-45.

MARTÍNEZ DAJUI, E. **A construção da cidadania através da identidade socioprofissional das mulheres rurais que participam em programas de microfinanciamento.** Tese (Doutorado em Sociologia) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa De Pós-graduação em Sociologia. Porto Alegre, 2006.

MARTINEZ, R., Vitelli. **Capital social, participação e cidadania no meio rural: uma perspectiva de gênero.** Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MARTINS, José de Souza. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estud.** [online], vol.15, n.43, 2001, p. 31-36. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/GzxyymmStTdtPxScJPQFJPKH/?lang=pt>. Acesso em 09/04/2011.

NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

PAULILO, Maria Ignez. A mulher e a terra no Brejo Paraibano. In M. C. Bruschine, & F. Rosemberg (Orgs.). **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 163-190.

PAULILO, M. I.; SILVA, Cristiani B. da. Memórias de Luci Choinaski: histórias e lutas pelos direitos das mulheres camponesas. In: Parry Scott; Rosineide Cordeiro; Marilda Menezes. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, v. 1, 2010.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quadro décadas de diálogo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

PAULILO, Maria Ignez. **Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio**. In: PAULILLO. M. I. SCHMIDT, Wilson.(org.) Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. Disponível em: <https://nafa.paginas.ufsc.br/files/2010/08/mma1.pdf>. Acesso em 23 de maio 2021.

QUIJANO, M. A. F. *Cambios en las relaciones de género en los territorios rurales: aportes teóricos para su análisis y algunas hipótesis*. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, 5(61), 2008, p. 71-91. Disponível em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/desarrolloRural/article/view/1200>. Acesso em 2 de fevereiro de 2021.

SAFFIOTI, Heleieth; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. A mulher e as contradições do capitalismo agrário. **Perspectivas**, São Paulo, v. 6, 1983, p. 67-75.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SEN, Amartya Kumar. A condição de agente das mulheres e a mudança social. In: SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 220-235.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. **As mulheres agricultoras no programa de aquisição de alimentos (PAA)**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 18(2): p. 12-32, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634675/2594>. Acesso em 20 de maio de 2021.

SILVA, A. **Terra de mulher: As contradições que permeiam as relações de gênero e a titulação conjunta da terra no âmbito da agricultura familiar** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9145>. Acesso em 20 de maio de 2021.

SILVA, Berenice. **Políticas públicas para mulheres trabalhadoras rurais: análise sobre a Marcha das Margaridas**. In: Jornada Internacional Políticas Públicas, 7. Anais[...]. São Luís: UFMA, 2015.

TEDESCHI, Losandro. O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: Uma ferramenta necessária. In: MENEGAT, Alzira; TEDESCHI, Losandro Antonio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de (Orgs.). **Educação, gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados -MS: EDUFGD, v. 01, 2009, p. 187-202.

TEIXEIRA, Zuleide Araújo *et alii* (org.). **Perspectivas de gênero na produção rural**. Brasília: IPEA, Estudos de Política Agrícola, n. 22, 1994.

VILLACORTA, A. E.; RODRÍGUEZ, M. Metodologias e ferramentas para implementar estratégias de empoderamento. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. (orgs.) **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil. 2017, p.45-66.

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. **Revista Agrícolas** (Impresso), v. Espec., 2009, p. 33-46.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, São Paulo, v. 52, supl. 1, fev. 2014, p. 25-44.

ZARZAR, Andrea Lorena Butto. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista**. Tese de doutorado – Universidade Federal de Pernambuco, 2017. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/25468/1/TESE%20Andrea%20Lorena%20Butto%20Zarzar.pdf>. Acesso em 26 de maio de 2021.

ZORZI, A. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf Mulher em Ijuí-Rs**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre-Rio Grande do Sul, 2008.

ÍNDICE REMISSIVO

A

América Latina 5, 13, 16, 24, 25, 94, 95, 119, 120
Assistente social 17, 22, 23, 26, 55, 67, 94, 102, 104, 146
Autogestão 165, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177
Avaliação multidimensional da pessoa idosa 45, 46, 47, 71

B

Bioética 34, 179

C

Centros de Referência da Assistência Social - CRAS 90, 99
Ciências humanas e sociais 34, 35, 36, 37, 44
Conselho Nacional de Saúde - CNS 17, 20, 34, 36, 44
Contrarreforma do Estado 1, 2, 6, 9, 11, 12, 13
Convivência familiar e comunitária 76, 84
Coronavirus 20
Covid-19 14, 15, 17, 21
Crimes femininos 125

D

Desenvolvimento da comunidade 22, 29, 30, 31
Dominação 23, 86, 106, 107, 108, 116, 119, 128, 138, 141, 143, 152

E

Emergência 6, 14, 16, 17, 18, 19, 115
Empoderamento 102, 105, 107, 110, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122
Envelhecimento 16, 45, 46, 48, 70, 71, 72, 73
Espaço urbano 99, 103, 154, 156, 157, 163
Estado democrático de direito 124
Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA 76, 80, 85, 87, 88, 97
Estigma 85, 153, 154, 155, 157, 161, 162, 163
Estigmatização territorial 154, 164
Expansão industrial 23

F

Família 17, 18, 26, 30, 70, 76, 77, 79, 82, 85, 86, 97, 103, 106, 107, 108, 109, 115, 130, 133, 137, 140, 142, 143, 145, 146, 147, 149, 150, 155, 156

Finanças pessoais 165, 166, 168, 173, 176, 177

Fracionamento salarial 166

Fragmentação do espaço urbano 103, 156, 163

G

Gênero 74, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 94, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

I

Identidade feminina 140, 143

Idoso 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 67, 70, 71, 72, 73

L

Lei Orgânica da Saúde 16

M

Modo de produção capitalista 2, 90, 91

Movimento feminista 126, 127, 141, 143

Mulher criminosa 124, 126, 130, 139

Mundialização do capital 2

O

Organização Mundial de Saúde - OMS 88

P

Planejamento 2, 15, 21, 26, 32, 135, 149, 151, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 176, 177

Política de saúde 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16, 73, 135, 179

Políticas sociais no Brasil 1, 2, 6, 11, 179

Proletariado urbano 23

Proteção integral 75, 76

Q

Questão social 2, 3, 5, 6, 13, 22, 23, 25, 27, 29, 31, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 102, 104

R

Rede de atenção à saúde 16

Reestruturação do Estado 2

Relações de poder 36, 106, 107, 110, 116, 127, 128, 163

Representatividade feminina 143

S

Secretaria Municipal de Saúde 48, 50

Serviço social 1, 2, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 89, 90, 93, 94, 95, 101, 102, 103, 104, 179

Serviço social brasileiro 12, 13, 22, 25, 31

Servidores públicos 165, 166, 167, 170, 171, 176, 177

Sistema de Informação para Infância e Adolescência - SIPIA 79, 83, 88

Sistema Único de Saúde - SUS 1, 7, 8, 13, 16, 20, 72, 134, 135, 179

U

Unidade de referência à saúde do idoso 45, 48, 50, 73

SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA:

Reflexões sobre formação profissional,
produção do conhecimento e
cotidiano dos serviços

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



 **Atena**
Editora

Ano 2021

SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA:

Reflexões sobre formação profissional,
produção do conhecimento e
cotidiano dos serviços

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

